
SF
SABER E FÉ
22

Aviso importante!

Esta matéria é uma propriedade intelectual de uso exclusivo e particular do aluno da Saber e Fé, sendo proibida a reprodução total ou parcial deste conteúdo, exceto em breves citações com a indicação da fonte.

COPYRIGHT © 2015 - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - SABER E FÉ

22

HISTÓRIA GERAL

EGUINALDO HÉLIO DE SOUZA



Versão da matéria: 1.0

Nossas matérias são constantemente atualizadas com melhorias e/ou possíveis correções.
Para verificar se existe uma nova versão para esta matéria e saber quais foram as alterações realizadas acesse o link abaixo.

www.saberefe.com/area-do-aluno/versoes

Sumário

03 ▶ Introdução – Aos pés da história
03 ◘ Formando uma identidade

05 ▶ Capítulo 1 ▼ Aprendendo com os erros e acertos do passado
06 ◘ Recebendo inspiração
07 ◘ Apaixone-se pela história

08 ▶ Capítulo 2 ▼ Bíblia e história
09 ◘ A tábua das nações (Gênesis 10)

11 ▶ Capítulo 3 ▼ História antiga
11 ◘ Suméria
12 ◘ Egito
13 ◘ Assíria
14 ◘ Babilônia
16 ◘ Média e Pérsia
17 ◘ Grécia
17 ◘ Roma

21 ▶ Capítulo 4 ▼ História medieval
22 ◘ Dinastia merovíngia
22 ◘ Dinastia carolíngia
23 ◘ O sistema feudal
23 ◘ O cisma do Oriente
24 ◘ As principais cruzadas
24 ◘ A guerra dos cem anos
25 ◘ A peste negra
25 ◘ A era islâmica
26 ◘ A Inquisição
27 ◘ O Renascimento

28 ▶ Capítulo 5 ▼ História moderna
28 ◘ A tomada de Constantinopla
29 ◘ A navegação atlântica
31 ◘ A Reforma Protestante
32 ◘ A Contra-Reforma
32 ◘ O mercantilismo

33 ▶ Capítulo 6 ▼ História contemporânea
33 ◘ A Revolução Francesa
34 ◘ A Revolução Industrial
36 ◘ A era napoleônica
37 ◘ A Revolução Bolchevista
39 ◘ Primeira Guerra Mundial
40 ◘ Segunda Guerra Mundial
42 ◘ Guerra Fria

43 ▶ Capítulo 7 ▼ História recente
43 ◘ Fatos ocorridos após a Segunda Grande Guerra

49 ▶ Conclusão

50 ▶ Referências bibliográficas

▼ Introdução – Aos pés da história

Muitos se detêm diante de um livro de história e se perguntam: "Para que tudo isso?" A questão é que podem compreender a utilidade da matemática, da física e da química, mas não podem entender por que se debruçar sobre fatos antigos, nomes estranhos de pessoas já falecidas há muito tempo e lugares distantes que, aparentemente, nada têm a ver com a nossa época. Em um mundo pragmático e automatizado como o nosso, nada que não nos dê um resultado imediato parece valer a pena. Mas, com a história, isso é diferente.

◘ Formando uma identidade

"A vida tem de ser vivida para frente, mas só pode ser compreendida para trás" (Soren Kirkegaard)

Um povo sem passado também é um povo sem futuro. Quando não há história, não há também identidade. É impossível construirmos uma identidade sem que conheçamos os eventos que nos antecederam. Com os fios do passado tecemos a bandeira do futuro.

Imagine você se, um dia, acordasse e tudo ao seu redor fosse desconhecido: pessoas, lugares, acontecimentos... E você não conseguisse se lembrar como chegou até ali, quem são aqueles que dizem ser seus parentes e amigos. Mesmo que lhe dessem um nome, lhe explicassem cada uma de suas dúvidas, a falta de lembrança do seu passado iria transformá-lo em um estranho, em um errante sem identificação.

O mesmo ocorre com uma coletividade. Povo sem raiz é povo sem fruto. É o conhecimento das glórias e das lutas passadas que permite a uma comunidade compreender seus valores, costumes e aspirações. Quem não sabe de onde veio não sabe onde pode chegar.

Ao olharmos para a história dos judeus – um povo que viveu durante quase dois mil anos espalhado entre as nações, sofrendo perseguições de todo o tipo, sendo constantemente expulso de seus países adotivos –, nos perguntamos como puderam sobreviver e manter sua identidade. Mas a resposta é simples: os judeus estudam e amam sua própria história, que consideram sagrada. Cada página descoberta de seu passado acrescenta uma em seu futuro.

E foi justamente por meio de sua própria história que os judeus adquiriram seu conceito de missão, o que os impediu de se entregar à aniquilação e, ainda, lhes deu força para resistir e lutar. Por isso puderam retornar à sua terra, puderam se restabelecer como nação e sonhar novamente com o futuro.

Este é o poder da história!

Capítulo 1

▼ Cristianismo na Reforma

"A verdade é filha do tempo"
(Francis Bacon)

No início do século 3º a.C., os persas buscavam dominar os gregos. Um general grego chamado Xenofonte, havia sido contratado, juntamente com seus dez mil soldados, por Ciro, o Jovem, para guerrear contra seu irmão primogênito, Artaxerxes II, herdeiro do trono. Ciro foi derrotado e os mercenários gregos tiveram de deixar o país, sendo obrigados a atravessar toda a região desértica da Ásia Menor para que pudessem escapar com vida. Foi uma aventura fantástica, narrada, mais tarde, pelo próprio Xenofonte em sua *Ánabasis*: a retirada dos dez mil.

Essa simples narrativa de um pequeno episódio histórico cairia nas mãos de um príncipe adolescente, filho de Filipe da Macedônia, quando aquele jovem grego começaria a conhecer o império dos persas e a descobrir que era possível entrar naquele território e conquistá-lo. Então, após a morte de Filipe, surge Alexandre, o Grande, que, deixando sua pátria, partiu em direção ao Oriente, para conquistar a Ásia das mãos dos persas. A história, ou melhor, um pequeno trecho dela, havia mostrado a Alexandre, o Grande, que tal coisa era possível.

Embora Hegel, o grande filósofo alemão, tenha dito que a história nos ensina que não se aprende nada com ela, a verdade é bem outra. Por inúmeras vezes, atitudes foram tomadas baseadas em experiências anteriores. Mesmo que erros tenham sido repetidos, erros também foram evitados. É verdade que Hitler repetiu o erro de Napoleão, levando seu exército a morrer nas terras geladas da Rússia, mas é improvável que esse mesmo erro torne a se repetir. "Uma razão porque a História raramente se repete entre pessoas historicamente conscientes é que os personagens do drama, no segundo desempenho, estão cientes do desenlace do primeiro e sua ação é afetada por tal conhecimento", disse Edward H. Carr, historiador inglês, em uma conferência em Cambridge, em 1961.

História é experiência. Não foi à toa que Karl Marx chamou-a de "a grande mestra da humanidade" quando ainda era um adolescente repleto de sentimentos cristãos.

As vezes, queremos comparar o Brasil com os países europeus e nos esquecemos de que tais países têm uma história muito mais longa de erros e acertos que lhes permitiu tratar de seus problemas de maneira mais madura e mais sábia.

O que são os nossos menos de dois séculos de independência comparados com os milênios da civilização europeia? A Carta Magna inglesa, uma espécie de primeira Constituição, por exemplo, é do século 13, enquanto a nossa primeira Constituição é do século 19. Isso não significa nada?

◘ Recebendo inspiração

O passado é inspirador. É vendo o que já fez que o homem se conscientiza do que é capaz de fazer. O canal do Panamá foi aberto porque antes fora aberto o canal de Suez. A França realizou a Revolução Francesa inspirada na Independência americana. A Inconfidência Mineira era a versão brasileira da Revolução Francesa.

Fracassando ou vencendo, é impossível ler os feitos e as palavras de Alexandre, Júlio César, Augusto, Carlos Magno e Mahatma Gandhi, entre outros, sem se sentir impulsionado a realizar algo. Nada é mais inspirador do que a História. Até hoje ela exerce um fascínio muito grande sobre empreendedores, sejam administradores, militares ou estadistas. É nela que teóricos e realizadores vão buscar incentivo para seus sonhos e projetos, como a dizer: "Se eles puderam, eu também posso!".

Embora ninguém concorde completamente com Thomaz Carlyle, que disse que "a História é a história de grandes homens", continuamos tomando esses "grandes homens" como inspiração para que possamos ir avante. O presente ainda se move em grande parte com o impulso do passado.

Apaixone-se pela história

A história não é um frio relatório repleto de nomes de pessoas, lugares e datas. É a aventura do homem no tempo, dentro do espaço geográfico chamado Terra. Torna-se fonte de sabedoria quando dela aprendemos a beber. Nela, conhecemos em profundo a natureza humana, tão instável e, ao mesmo tempo, sempre a mesma, não obstante o lento correr dos séculos. Com ela evitamos erros que, de outra forma, teríamos de cometer, nós mesmos, antes de aprender. E, algumas vezes, vemos que o impossível é apenas um nome para algo que ainda não foi tentado por ninguém.

Talvez, a história não nos responda completamente quem somos, de onde viemos e para onde vamos, mas nos dá, ao menos, uma ideia parcial a respeito, o que é bem melhor do que caminhar em completa escuridão. Nossa missão e principal dever é buscar o significado essencial do que estamos fazendo e a direção que devemos seguir. O problema do significado da história é o problema do significado do homem, o problema do significado da vida humana.

Gostaríamos de encerrar este capítulo com as belas palavras do educador Paulo Freire: "Não nos basta apenas estar representados na história, temos de estar presentes nela".

Capítulo 2

▼ Bíblia e história

"Eu queria saber quais foram os passos que o homem deu na passagem da barbárie para a civilização"

(Voltaire)

Embora nem sempre seja fácil harmonizar a história bíblica com a história profana, principalmente no que se refere aos tempos mais antigos e à origem do homem e da civilização, temos, como cristãos, de tomar posição sólida com relação às Escrituras. Mesmo porque a história, não sendo uma ciência exata, tende sempre a mudar de posição a cada novo achado.

"No tempo em que os historiadores admitiam que a história começava com a Grécia, a Europa, alegremente, supunha ter sido a Índia um canteiro de barbárie antes que os 'arianos' das costas do Mar Cáspio lhe levassem arte e ciência. Recentes investigações, porém, modificaram esta ingênua suposição – assim como futuras investigações modificarão muita coisa nesta obra". Foi o que escreveu Will Durant em sua obra "História da civilização".

Nem mesmo o posicionamento a favor da evolução darwinista com relação ao homem é algo definitivo. Não é tão fácil conciliar a evolução com a história da civilização. Vejamos como o historiador Carl Grimberg se expressou na introdução de sua obra, intitulada "História universal":

"Se [notem o condicionante 'se'] a estrutura anatômica do homem é o culminar de uma longa evolução, foi, no entanto, repentino o nascimento da sua inteligência. Tudo faz supor que o limiar por onde se ascendeu diretamente ao pensamento foi transposto de uma só vez".

Em outras palavras, o biólogo pode até achar fácil provar que o homem evoluiu de uma forma mais primitiva para outra mais complexa no decorrer de milhões de anos, mas o historiador não acha tão fácil assim. Encontramos, no início da história do homem, uma gama de conhecimento que parece surgir de repente, do nada. Os egípcios, por exemplo, apresentam um grau tão elevado de civilização que chegam a deixar os pesquisadores estarrecidos. A esse respeito, escreveu Will Durant: "A teoria do progresso hesita diante da arte desse povo".

Ainda que tenhamos de admitir que a técnica de hoje é muito superior à dos povos antigos, certos traços da civilização moderna são iguais aos dos povos antigos e certos pontos são até mesmo inferiores. A arte de fundir e temperar o ferro, por exemplo, desenvolveu-se na Índia antes de surgir na Europa. Como prova, foi encontrado em Delhi um pilar do ano 380 que subsiste depois de quase dezesseis séculos e é um mistério para a ciência metalúrgica até hoje. A arte de Mohenjo Daro, uma das civilizações mais antigas do mundo até agora encontrada, é extremamente superior à nossa arte atual.

Assim, diante de tudo isso, devemos, como cristãos, aceitar a história bíblica como base para a história secular. Claro que as Escrituras não podem resolver todos os problemas sobre a infância da humanidade, porque, quanto a esse tema, sua narração é extremamente limitada, tanto geograficamente quanto cronologicamente. Ademais, a autoridade da Bíblia não tem a finalidade de existir para apoiar princípios de história, matemática, geografia e outras ciências, mas unicamente para revelar ao ser humano a vontade de Deus, sua misericórdia e graça. Os capítulos 4 a 11 de Gênesis, por exemplo, abrangem um período de tempo bastante amplo, mas pouco, ou quase nada, pode esclarecer. Isso, no entanto, não nos impede de aceitar a Bíblia como nossa base padrão.

◘ A tábua das nações (Gênesis 10)

Diz Will Durant, em sua "História da civilização": "História é um livro que começamos a ler do meio". Isso porque muita coisa da origem dos povos perdeu-se nas ruínas do tempo, o que existe é excesso de especulação. Nas Escrituras, temos um pequeno vislumbre sobre essa origem. Após o dilúvio, só restaram três possíveis ramos de descendência: Sem, Cão e Jafé. Gênesis 10 é o capítulo da Bíblia conhecido como "A tábua das nações", porque fala um pouco do destino dos descendentes de Noé.

É difícil entender qual descendente originou qual povo. Na maioria das vezes, os nomes ali citados se encontram em outras porções posteriores das Escrituras e se relacionam com outros povos ou outras citações históricas, o que facilita a identificação. Outras vezes, porém, isso é feito com bases etimológicas. Flávio Josefo, historiador judeu do século 1º da Era Cristã, traçou algumas origens étnicas, a partir de Gênesis 10, em sua obra "Antiguidades judaicas", usando os capítulos 4 a 6 do primeiro livro da Bíblia. Não obstante, suas conclusões jamais devem ser tomadas como definitivas.

Noé, o primeiro da raça semita e abençoado como bendito do Senhor (Gn 9), foi quem deu origem aos povos do Oriente Médio, entre eles, os assírios. E foi justamente desses ramos que surgiram os judeus que, por meio de Abraão, se tornaram bênçãos para todas as famílias da terra.

Jafé deu origem aos chamados povos indoeuropeus ou arianos, que vão povoar o planalto central asiático e migrar para a Europa e dominar, também, muitas regiões do Oriente Médio, talvez como cumprimento da profecia de Noé, que disse: "Habite nas tendas de Sem" (Gn 9.27).

O último ramo, como não poderia deixar de ser, povoou Canaã e o continente africano, dando origem aos egípcios, aos líbios e aos etíopes.

A Bíblia desconhece completamente o período que é chamado de pré-história. O conhecimento humano não foi resultado de uma evolução de qualquer tipo, mas, sim, uma característica inata à condição do ser humano. Deus criou o homem com inteligência e, em Gênesis 4, podemos ver um avanço de civilização que não exigiu centenas de anos. A pré-história secular não acrescenta nada aos caminhos do homem sobre a terra.

Capítulo 3

▼ História antiga

As primeiras civilizações se desenvolveram às margens dos grandes rios. Daí o motivo pelo qual Heródoto, pai da história, disse ter sido o Egito um presente do Nilo. Mas, não só o Nilo, os rios Tigre, Eufrates, Indo, Ganges e o Rio Amarelo também foram responsáveis pelo início das mais antigas civilizações, porque possibilitaram a irrigação e, consequentemente, a agricultura e a pecuária dos povos que habitavam em suas margens.

◘ Suméria

Os sumérios foram criadores da primeira grande civilização mesopotâmica, provavelmente tiveram sua origem na Ásia Central. Seu estabelecimento ao Sul da Mesopotâmia ocorreu por volta de 3500 a.C., na região em que os rios Tigres e Eufrates desembocam no Golfo Pérsico. Uma vez estabelecidos ali, desenvolveram técnicas hidráulicas para armazenar a água que seria usada nos períodos de seca e controlar as cheias daqueles dois grandes rios, evitando, assim, a destruição das plantações.

Conseguiram desenvolver um sistema de leis baseado nos costumes. Foram hábeis nas práticas comerciais e criaram a escrita cuneiforme – gravação de figuras com estilete (em forma de cunha) sobre tábua de argila.

Politicamente, se organizavam em cidades-estados, como Ur, Nipur e Lagash. Uma cidade-estado era uma comunidade urbana soberana. Ou seja, possuía unidade política com características de Estado soberano, como se fosse um país; era independente e governada por um *patesi*, que exercia as seguintes funções: primeiro-sacerdote do deus local, chefe militar e supervisor das obras hidráulicas.

Mas, depois de um longo tempo de autonomia, as cidades sumerianas se enfraqueceram, devido às lutas pela hegemonia política, o que possibilitou as invasões de vários povos semitas.

Egito

O Egito é o berço da mais antiga civilização: a sua própria. O estudo dessa civilização, no entanto, só foi possível depois de 1822, quando Champolion decifrou os hieróglifos (sistema de escrita pictográfica desenvolvido pelos egípcios) depois de conseguir ler a famosa pedra-de-roseta, um obelisco escrito em três línguas diferentes: os hieróglifos egípcios, a escrita demótica (ou seja, o egípcio popular) e o grego.

Inicialmente, a região achava-se dividida em cidades-estados (conhecidas como *nomos*), independentes politicamente. Por volta de 4000 a.C., os *nomos* se uniram em dois reinos: o do Baixo Egito (Norte) e o do Alto Egito (Sul). Em 3200 a.C., aproximadamente, houve a unificação desses reinos, com Menés, que se tornou o primeiro faraó da primeira dinastia, dando, assim, início à história da dinastia do antigo Egito, que dura até o século 11 a.C., quando termina a dinastia Ramsés e começa a decadência, que se tornou mais intensa com o aparecimento dos novos reinos no Oriente Médio, o enfraquecimento do governo dos faraós e o empobrecimento do país, causado pela desorganização interna e pelas sucessivas dominações estrangeiras. Inicialmente, o Egito foi tomado pelos assírios, depois, pelos persas, macedônios, romanos e árabes. E foi justamente por causa do domínio árabe que a religião islâmica pode ser vista no Egito atual.

Por serem excelentes construtores, os egípcios ergueram casas e palácios com tijolos e madeira, recursos técnicos que, talvez, tenham trazido para a Mesopotâmia. Já as pedras eram reservadas para a construção de túmulos. Além disso, tinham grandes habilidades na arte de esculpir em pedras, sem contar a habilidade de fabricar joias: de ouro, de pedras semipreciosas e de esmalte. Descobriram o papiro (ótimo material para a escrita), desenvolveram conhecimentos na área de medicina e iniciaram investigações matemáticas, as quais, mais tarde, devido às novas descobertas, foram grandemente aperfeiçoadas pelos gregos.

Mas foi na construção de túmulos e pirâmides em honra aos faraós que os egípcios mais se destacaram. Usando materiais rudimentares e farta mão-de-obra, conseguiram erguer verdadeiros monumentos de arquitetura, como, por exemplo, as pirâmides de Quéfren, Quéops e Miquerinos, na cidade de Gizé. Na maioria dos casos, sua arte visava homenagear os mortos, que eram sepultados com todos os objetos julgados necessários para a vida no além. Muitos faraós foram enterrados em túmulos escavados em rochas, outros tiveram seu corpo conservado pelo embalsamamento.

Eram politeístas. Segundo eles, Osíris, deus dos mortos, desposara sua própria irmã, Íris, e foi morto por Seth. Mas seu filho, Horus, o ressuscitou. Horus, deus do Firmamento e da chuva, reinava sobre os viventes e era representado por um falcão. Tinham o costume de representar seus deuses de maneira antropozoomorfa.

Ra era o pai dos deuses e o Deus-sol de Heliópolis. Mas quando Tebas se tornou a capital (na 11ª dinastia), Atum (Deus-sol original, depois identificado dom Ra) o deus da cidade, ficou sendo conhecido como Amun-Ra, o rei dos deuses. Em 1340 a.C., o faraó Akhenaton instituiu o culto a um só deus: a Atum (ou Deus-sol), e mandou construir a nova capital em Telel Anarna. Mas Tutankhamon, sucessor de Akhenaton, restabeleceu os antigos deuses, e, por conta disso, seu túmulo, no Egito, foi o que abrigou a maior quantidade de tesouros.

O último faraó egípcio foi Nectanebo, que morreu em 341 a.C.

◘ Assíria

Os assírios são um povo semita; seu nome deriva da cidade de Assur. Mais tarde, Nínive se tornou a cidade principal e capital do império. Um de seus governantes mais ferozes foi Teglatefalasar, que viveu por volta de 1100 a.C.

Esse povo foi um flagelo para as outras nações. Numa inscrição datada de 860 a.C., o rei gaba-se do seguinte: "Mandei queimar muitos inimigos. Conservei a vida a outros. Cortei os braços e as mãos de alguns deles, a outros, o nariz e as orelhas. Furei um dos olhos de numerosos homens".

Outra forma de tortura usada por eles: esfolar um homem vivo e arrancar-lhe a língua ou cortar-lhe os lábios. A maneira como tratavam suas vítimas desafia qualquer narração. Empilhavam as cabeças dos cadáveres em pirâmides ou penduravam-nas em árvores, como troféus.

O mais poderoso de todos os reis assírios foi Sargão II, que viveu em 700 a.C., aproximadamente. Foi o único senhor dos territórios situados entre o Mediterrâneo e o Tigre, entre o deserto da Arábia e as montanhas da Armênia.

Assim como os egípcios, os assírios se destacaram nas esculturas, principalmente nas de baixo-relevo, por meio das quais os reis deixaram registrados seus grandes feitos e muitos fatos ligados à vida cotidiana. Sem falar na vasta literatura que nos legaram.

Assurbanípal (668–612 a.C.), conforme podemos considerar, foi o último da linhagem dos grandes conquistadores. Chamado de Sardanápalo pelos gregos, tornou-se célebre pela grande biblioteca que legou à posteridade. O museu britânico guarda cerca de vinte mil textos dessa biblioteca, escritos em tábuas de barro cozido, em estilo cuneiforme.

Nos dias de Assurbanípal, o Império Assírio já estava em decadência. Com a destruição de Nínive, em 612 a.C., pelas mãos de Ciaxíres (rei dos medos) e de Nabopolassar (rei da Babilônia), o império chegou ao fim. A cidade foi de tal modo destruída e soterrada que dez mil homens marcharam por cima dela sem ter a mínima ideia de sua existência. Mais tarde, Alexandre, o Grande, batalhou em seus sítios sem sequer suspeitar que ali, um dia, havia existido uma grande cidade.

◘ Babilônia

Foi na Mesopotâmia, "a terra entre rios" (Tigre e Eufrates), que se desenvolveram grandes civilizações. Na verdade, a Mesopotâmia era a terra dos sumérios, primeiro povo, até então conhecido, civilizado. Eridu, Ur, Uruk, Larsa e Lagash, entre outras, são cidades que fizeram parte desse reino. Segundo afirmou o historiador Carl Grimberg, "se as cidades sumérias não foram eliminadas do mapa, ao menos foram consideravelmente danificadas pelo dilúvio". Este fato faz com que sejam consideradas uma civilização pré-diluviana. Foram justamente os sumérios que criaram os modelos para os futuros reinos que haveriam de surgir naquela região: babilônicos, assírios e persas.

Os sumérios apresentavam um grande grau de desenvolvimento cultural, comercial e religioso. Suas mais antigas inscrições, gravadas em pedras, datam de 3600 a.C. Em 2700 a.C., já existiam grandes bibliotecas na Mesopotâmia, cujo acervo continha histórias sobre o dilúvio, o pecado e a árvore da vida.

Foi na Babilônia, uma grande capital, que se desenvolveu o primeiro império. Por volta de 1530 a.C., os hititas, entre outros conquistadores, derrubaram o império babilônico, que foi ficando cada vez mais enfraquecido até ser definitivamente submetido ao reino vizinho, ou seja, aos assírios.

■ Hamurabi, rei da Babilônia

Por volta de 2123 a.C., surge aquele que seria a maior figura da época: Hamurabi, que é identificado por muitos com o Anrafel da Bíblia (Gn 14.1). Foi ele quem restabeleceu a unidade perdida e elevou Babel (ou Babilônia) à categoria de capital que, durante mais de um milênio, foi a mais importante cidade do mundo de então. Mas foi somente a partir de 1901 que ficou famosa, ano em que foi encontrada a estrela de Hamurabi, ou seja, um bloco de diorite coberto de inscrições cuneiformes, o código de leis mais antigo do mundo. No alto da estrela, aparece a figura de Hamurabi recebendo as leis diretamente do próprio Deus-sol. E, logo no começo do código, o rei diz que a sua intenção é "disciplinar os maus e os malintencionados e impedir que o forte oprima o fraco".

As leis desse código, 285 ao todo, estavam dispostas sob as seguintes rubricas: "propriedade privada", "bens de raiz", "comércio e negócios", "família" e "agravos e trabalhos". Com isso, conclui-se que o costume de marcar contratos com um selo legal vem desde Hamurabi.

Além de criar uma legislação unificadora, Hamurabi abriu um canal de irrigação entre Kish e o Golfo Pérsico que regou uma vasta região e protegeu as cidades do Sul contra as inundações periódicas do rio Tigre.

Segundo uma inscrição, Hamurabi deu água, segurança e governo a muitas tribos.

■ Império neobabilônico

A partir de 606 a.C., a Mesopotâmia conheceu uma nova era de bem-estar, sob a liderança de Nabucodonosor, que embelezou Babilônia com grande resplendor. Segundo é dito, esse monarca mandou construir os famosos "jardins suspensos da Babilônia" para consolar sua esposa, que tinha saudades do verde de sua terra. Além disso, ergueu o célebre templo do deus Bel (ou Marduk), patrono da Babilônia, e mandou reedificar uma torre, que, de acordo com alguns, trata-se da torre de Babel.

Quanto aos impostos, a forma como eram cobrados fez que, praticamente, um terço de todas as riquezas da Ásia fossem parar nos cofres da Babilônia.

A deusa oficial dessa cidade chamava-se Ishtar (Ísis, para os egípcios; Astarte, para os gregos; e Astarote, para os judeus). Paradoxalmente, era a deusa do amor e da guerra, das prostitutas e das mães. Muitas vezes, seus adoradores chamavam-na de "a virgem", "sagrada virgem" ou "virgem mãe". Seu culto era oferecido com enorme fervor.

A prostituição, na Babilônia, era sagrada. Havia, inclusive, uma lei que dizia que toda mulher, independente de sua condição social, tinha a obrigação de se prostituir uma vez na vida com um estrangeiro. E o dinheiro desse ato era consagrado ao templo.

O casamento, segundo Heródoto, era realizado como se fosse um negócio. Os pais levavam suas filhas para determinado lugar e as vendiam para quem pagasse mais, com a condição de que as mesmas fossem tomadas por esposas. Ainda segundo o mesmo historiador, os babilônios tinham o cruel hábito de estrangular suas esposas em casos de fome, para diminuir as bocas.

Nabucodonosor foi sucedido, no governo babilônico, por Ezaradon que, por sua vez, foi sucedido por Nabonidus. E, ao que tudo indica, Nabonidus mudou-se para a cidade de Susã e deixou o governo para seu filho ou irmão, Belsazar, da mão de quem Ciro, imperador da Pérsia, tomou Babilônia.

Média e Pérsia

Originalmente, os persas eram uma das várias tribos arianas que migraram para o Irã moderno das planícies da Rússia sulista, por volta de 1400 a.C. (a palavra Irã deriva de ariano). Povoaram a Região Sudoeste do planalto iraniano, na costa Norte do Golfo Pérsico, em terras desocupadas pelos elamitas, os quais tinham sido conquistados e escravizados pelos assírios.

Os persas estavam separados das grandes civilizações da Mesopotâmia pelas montanhas de Zagros. E foi dos cumes dessas montanhas que o império persa estendeu-se, pelo Oriente Médio, por meio do rio Indo, para a costa mediterrânea oriental, chegando à Região Sul do Egito, ao longo do Nilo, até o Sudão, alcançando, depois, a Anatólia e a Macedônia. Nesses lugares, ocuparam, ao Oeste, terras relativamente pobres e remotas e não sofreram nenhum aborrecimento por parte dos primeiros elamitas. Depois, porém, que os assírios destruíram os elamitas, por volta de 640 a.C., os medos (ao Norte) e os babilônicos remanescentes conquistaram a Assíria, em 609 a.C.

Ao longo desse período, os pequenos reis persas se tornaram vassalos dos ricos e avançados medos. Um desses pequenos reis foi Ciro II, que governou Anshan, em 559 a.C. No decorrer de dez anos, esse monarca dominou a parte oriental da Pérsia e, por conta disso, ganhou a reputação, inclusive entre seus próprios rivais, de ser um líder natural para seus vizinhos. Mas quando o império intermediário (que não era totalmente persa nem medo) tentou reafirmar seu controle novamente na Pérsia, em 550 a.C., seu exército se revoltou no campo de batalha e tomou a seguinte decisão: entregou o reino e sua capital, a cidade de Ecbatna, a Ciro II. Depois disso, o império intermediário, liderado então por esse pequeno rei, estendeu-se pela Região Norte da Mesopotâmia até chegar a Anatólia. O bom resultado foi que a mudança em sua administração ocorreu quase que sem derramamento de sangue.

Ciro II passou a ser Ciro, o Grande, e fundou o império persa. Nessa nova etapa de sua vida, conquistou, em pouco tempo, os lidianos da Ásia Menor (governada pelo rei Creso, inventor das moedas e possuidor de uma riqueza lendária) e as colônias gregas na costa do Mar Egeu.

Em 541 a.C., Ciro marchou nas estepes da Ásia Central e estabeleceu uma fronteira fortalecida ao longo do rio de Jaxartes. Em 540 a.C., no 19º ano de seu reinado, voltou-se contra um antigo aliado, a Babilônia. Durante a batalha, o exército e o povo babilônicos, além da própria cidade, se renderam a Ciro, que expandiu o seu domínio à Mesopotâmia (ao Sul) e à Fenícia.

Antes, porém, que pudesse expandir o seu domínio até o Egito e a Grécia, Ciro foi morto ao lutar contra as tribos nômades que ameaçavam as províncias.

O primeiro sucessor de Ciro, Cambises, conquistou o Egito e, com isso, conseguiu estender seu império até a Índia, alcançando o rio Indo. Mas logo entrou em conflito com os gregos, rivais comerciais da Pérsia e da Fenícia.

Em 513 a.C., o império persa construiu uma ponte flutuante no desfiladeiro de Bósforo que serviu para unir a Ásia e a Europa. A construção foi o ponto alto desse império que, durante cinquenta anos, viveu em luta com as cidades-estados da Grécia.

Grécia

De origem indoeuropeia, os gregos chegam ao Mar Egeu por volta de 1150 a.C, instalando suas cidades-estados nas ilhas do arquipélago, onde permaneceram até 500 a.C. Centrada em Atenas, a fase clássica de apogeu político e cultural desse povo vai de 502 a 323 a.C. O período helenístico, de 323 a 30 a.C, é de declínio, embora seja muito grande, em todo o mundo, a influência da arte e do pensamento deixados pelos gregos.

Entre os séculos 12 e 8 a.C, os gregos colonizam a Ásia Menor, o Sul da Itália e o litoral do Mar Negro. De início, assentam-se na propriedade comunitária e nas famílias patriarcais. Mais tarde, evoluem para uma forma de propriedade privada e escravista. Em Esparta, assumem uma propriedade estatal. No período arcaico, as lutas sociais, em Atenas, são as responsáveis pela transição da oligarquia para a democracia.

As bases longínquas de toda a cultura ocidental são lançadas pelos artistas e pensadores gregos quando de sua fase áurea, que puderam contar com os dramaturgos (Sófocles, Ésquilo e Eurípedes), os poetas épicos (Homero) e líricos (Anacreonte, Píndaro e Safo) e o historiador (Heródoto). Na arquitetura e nas artes plásticas, os gregos alcançam seu apogeu entre 447 e 436 a.C, com a construção, em Atenas, do Partenon, um conjunto de templos dedicados à deusa Palas Atenas, padroeira da cidade. O auge da filosofia helênica ocorre entre 470 e 322 a.C, com Sócrates, Platão e Aristóteles.

Politeísta e antropomórfica, a mitologia grega tem caráter profundamente humanista e influencia a arte e a filosofia ocidentais, fornecendo-lhes mitos e arquétipos básicos.

Roma

Foi o mais vasto e duradouro império da Antiguidade. Fundada em 753 a.C., pelos gêmeos Rômulo e Remo, torna-se o centro político do império. Sua queda, em 476 d.C., marca o começo da Idade Média. Entre seus legados, estão o alfabeto latino (origem de várias línguas contemporâneas) e o direito romano (base do sistema jurídico ocidental).

Historicamente, a formação e povoamento da cidade resultam do encontro de três povos da península itálica: os etruscos, de origem asiática, ao Norte; os gregos, na região conhecida como Magna Grécia, ao Sul; e os italiotas, de origem indoeuropeia, ao Centro.

Inicialmente com economia agrária, a sociedade divide-se em duas classes principais: patrícios (nobreza territorial e militar) e plebeus (artesãos, comerciantes e pequenos proprietários). Até 509 a.C., o governo é exercido por reis vitalícios e pelo Senado, composto apenas de patrícios. Nas artes, os romanos desenvolvem a arquitetura com arcos e abóbadas, o mural decorativo, a pintura de afrescos e a escultura. A religião é politeísta e sua prática inclui sacrifícios rituais. Seus deuses equivalem às divindades gregas.

Entre 753 e 509 a.C., teve sete reis: quatro latinos e três etruscos. Diante da centralização do poder nas mãos dos reis etruscos, os patrícios derrubam a monarquia e implantam a república.

■ República romana

Essencialmente aristocrática, a República Romana, entre 509 e 27 a.C., tem o Senado como órgão supremo de governo. Os senadores são vitalícios e supervisionam as finanças públicas, dirigem a política externa e administram as províncias. As funções executivas são distribuídas entre os membros da Magistratura, como os cônsules e os tribunos da plebe. Os tribunos surgem no decorrer do período da república em consequência da luta dos plebeus por direitos políticos.

Uma das conquistas da República Romana é a Lei das Doze Tábuas, que fica em vigor entre 451 e 449 a.C. Depois disso, as leis, que, até então, eram transmitidas de forma oral e totalmente manipuladas pelos patrícios, passaram a ser escritas, tornando-se públicas.

■ Expansionismo romano

A partir de 510 a.C., Roma dedica-se à conquista de toda a península itálica. Em 264 a.C., seu interesse pelo domínio da Sicília a coloca em conflito com Cartago, dando, assim, início às Guerras Púnicas, entre 264 e 201 a.C., das quais sai vencedora.

De 200 a.C. até o fim do Império Romano do Ocidente, em 476, atravessa seis séculos de contínua expansão territorial. Conquistou a Macedônia, a Grécia, a Ásia Menor, o Egito, a Cirenaica (atual Líbia), a Península Ibérica, a Gália (França), a Germânia (Alemanha), a Ilíria (Albânia), a Trácia, a Síria e a Palestina.

Todavia, suas numerosas conquistas afetam a estrutura e o modo de vida dos próprios romanos. Isso porque Roma deixa de ser agrária e torna-se mercantil, urbana e luxuosa. O exército vira uma instituição poderosa e o escravismo passa a ser o modo de produção dominante.

■ Crise na república romana

Durante os séculos 3º e 2º a.C., as reformas defendidas pelos irmãos Tibério e Caio Graco, em benefício da plebe, e as lutas entre patrícios e plebeus enfraquecem o Senado. Surge, então, o I Triunvirato, em 60 a.C., formado por Crasso, Pompeu e Júlio César. Em 46 a.C., Júlio César (100–44 a.C.) põe fim à república e torna-se ditador. Dois anos depois, é assassinado.

Emílio Lépido, Marco Antônio (82?–30 a.C.) e Otávio (63–14 d.C.) compõem o II Triunvirato, em 43 a.C. Mas, em 40 a.C., as disputas internas fazem que os domínios de Roma sejam repartidos. Marco Antônio fica com o Oriente; Lépido, com a África; e Otávio, com o Ocidente. Ao empreender várias manobras políticas no Senado, Otávio adquire plenos poderes e, em 27 a.C., é condecorado com o título de Augusto (filho divino), iniciando, assim, o império.

■ Roma imperial

Otávio Augusto fortaleceu ainda mais seu poder ao organizar um exército de trezentos mil homens. Depois de sua morte, os outros governantes dessa dinastia foram: Tibério (entre 14 e 37), Calígula (37 e 41), Cláudio (41 e 54) e Nero (54 e 68).

Depois deles, seguem-se as dinastias dos flavianos (69–96) e dos antoninos (96–192). Com os antoninos, o Império vive o período chamado de o "século de ouro" (ou seja, séculos 1º e 2º). Mas Roma só consegue atingir maior extensão territorial sob o governo de Trajano, entre 98 e 117. Depois de Trajano, veio Adriano (117–138), que, além de pacificar o Império, empreende uma reestruturação política e militar e codifica o direito romano.

O grande progresso cultural de Roma, no entanto, ocorreu sob o reinado de Marco Aurélio, entre 161 e 181.

■ Decadência do império romano

Na dinastia seguinte: a dos severos (193–235), a fragilidade da economia, a desigualdade social, a corrupção do sistema e a politização do exército começam a abalar o Império. Com o fim da expansão territorial, o número de escravos diminui, afetando diretamente a produção agrícola e o comércio. Com isso, o Império, que vivia basicamente dos tributos cobrados, é obrigado a emitir moeda, desencadeando um processo inflacionário.

A redução do contingente militar facilita ainda mais a invasão dos povos bárbaros. A crise é acentuada pela popularização do cristianismo, combatido pelos romanos por ser monoteísta e negar a escravidão e o caráter divino do imperador.

Em 395, diante dessa situação, Teodósio divide o Império da seguinte forma: Império Romano do Ocidente (centralizado em Roma) e Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino (com capital em Constantinopla).

O Império Romano do Ocidente subsiste por oitenta anos e se extingue em 476. Sua queda foi o marco de transição da Antiguidade para a Idade Média.

Capítulo 4

▼ História medieval

Período denominado "idade das trevas" pelos estudiosos dos séculos 14 e 15, essa designação, no entanto, foi, na verdade, uma forma de o Renascimento vingar-se do seu passado recente, classificando-o como uma época de atraso. É verdade que, durante esse longo intervalo de tempo, o conhecimento acabou permanecendo restrito à classe clerical. Ou seja, os mosteiros e a Igreja, em geral, restringiram o conhecimento dentro de seus limites durante séculos, acumulando e retendo a herança cultural greco-romana.

Todavia, foi justamente este acúmulo de conhecimentos que, mais tarde, permitiu que fosse possível realizar análises e sínteses posteriores, o que levou o Ocidente à posição dominante das ciências nos séculos futuros.

Ainda que brevemente, passaremos em revista os principais pontos desse período, perfazendo um rápido panorama.

Dinastia merovíngia

Entre 481 e 751, Clóvis I, da dinastia merovíngia, promove a unificação dos francos, originando o Reino Franco, o mais poderoso da Europa Ocidental. Instalados inicialmente na atual Bélgica, os francos conquistam a Gália e ali se estabelecem. Clóvis, por influência de sua esposa, converte-se ao cristianismo, o que, pelo costume franco, significa a cristianização de todo o povo.

Após a morte de Clóvis, em 511, o reino é partilhado entre seus quatro filhos. A partir de 614, pelo Édito de Clotário, a nobreza passa a ter um representante perante o rei, chamado *majordomus*. No decorrer dos anos, a importância do cargo cresce incessantemente até 751, quando o *majordomus* Pepino, o Breve, depõe o último rei merovíngio, Childerico III, e inicia a dinastia carolíngia.

Dinastia carolíngia

A principal marca do governo de Pepino, o Breve, da dinastia carolíngia, é a campanha militar lançada contra os lombardos, que ameaçavam Roma, a pedido do papa Estêvão II. Após a vitória, as terras inimigas são doadas à Igreja sob o nome de "Patrimônio de São Pedro".

O Reino Franco atinge o apogeu durante o reinado de Carlos Magno, primogênito de Pepino, o Breve, rei dos francos e imperador romano do Ocidente. Uma vez no trono, Carlos Magno promove uma política imperialista e conquista o Reino Lombardo, domínios saxões na Germânia, a Baviera, o Sul dos Pirineus, Barcelona e as ilhas Baleares, integrando os povos conquistados por meio do cristianismo.

Famoso por sua altura (1,92m) e pela habilidade política, Carlos Magno assume o trono aos 21 anos e só aprende a ler aos 32. Promove um grande renascimento cultural durante os 46 anos de seu reinado, conhecido como Renascimento Carolíngio: estimula a fundação de escolas e se torna um dos responsáveis pela transmissão da cultura greco-romana para os tempos futuros.

Em 800 é coroado imperador pelo papa Leão III, adquirindo, assim, a incumbência de disseminar e defender a fé cristã, além de tentar restaurar o Império Romano do Ocidente. Após sua morte, em 814, o Império se enfraquece.

Disputas e guerras sucessórias envolvem os netos de Carlos Magno e resultam no Tratado de Verdun, que divide o Império em três reinos: Carlos, o Calvo, recebe a parte correspondente à França; Luís, o Germânico, fica com o território alemão; e Lotário recebe a parte central do Império, que se estende da Itália até o mar do Norte. Inicia-se o processo de desintegração da Europa, que irá culminar no feudalismo.

O sistema feudal

É o sistema de organização econômica, política e social da Europa Ocidental característico da Idade Média, que vigora entre os séculos 9 e 16. Com as invasões bárbaras e a desagregação do Império Romano do Ocidente, a Europa inicia profunda reestruturação, marcada pela descentralização do poder, pela ruralização e pelo emprego de mão-de-obra servil. A estrutura social é estamental, com pouca mobilidade social, e baseada em relações de dependência servil e vassalagem. O feudo constitui a unidade territorial da economia, que se caracteriza pela autossuficiência econômica e pela ausência quase total do comércio e de intercâmbios monetários. A produção é predominantemente agropastoril, voltada para a subsistência. A Igreja Católica transforma-se em grande proprietária feudal, detendo poder político e econômico e exercendo forte controle sobre a produção científica e cultural da época.

Em 962, o papa João XII nomeia Otto I imperador do Sacro Império Romano-Germânico (I Reich), numa tentativa de conter os ataques húngaros na Europa cristã. Seus domínios abrangem a porção ocidental da Alemanha, a Áustria, a Holanda (Países Baixos), parte da Suíça, da Polônia e o Leste da França. Acentua-se a corrupção, e a Igreja Católica torna-se mais suscetível ao poder político, promovendo a venda de cargos esclesiásticos (simonia). O Império se mantém forte até o final do século 11. A partir de 1250 compreende um conjunto de pequenos Estados, nos quais o poder local do príncipe supera a autoridade central do imperador.

O cisma do Oriente

A Igreja Oriental (Igreja Cristã Ortodoxa Grega) rompe com a Igreja Ocidental (Igreja Católica Apostólica Romana) no chamado Cisma do Oriente. Desde o início do Império Bizantino havia divergências na orientação das duas Igrejas: a Oriental tem certa independência em relação a Roma, celebra seus rituais em grego, é subordinada ao Estado e rejeita algumas crenças ocidentais, como a fé no purgatório. O motivo fundamental para a cisão, porém, é o conflito entre as lideranças das duas Igrejas pelo controle das dioceses do Sul da península itálica.

Para refazer a unidade cristã abalada pelo Cisma do Oriente, o papado investe em expedições militares – as cruzadas. Elas têm o objetivo de propagar o cristianismo, combater os muçulmanos e cristianizar territórios da Ásia Menor (atual Turquia) e da Palestina. Formadas por cavaleiros e comandadas por nobres, príncipes ou reis, as cruzadas também possuem motivações não religiosas, como a conquista de novos territórios e a abertura de rotas comerciais marítimas e terrestres para o Oriente. Produtos como seda, tapetes, armas e especiarias foram introduzidos no consumo da Europa pelos cruzados.

As principais cruzadas

São cinco grandes expedições militares rumo ao Oriente:

- ✓Cruzadas dos Mendigos (1096). Primeira cruzada extraoficial. Reúne mendigos e ataca tribos árabes. Todos os cruzados são aniquilados.
- ✓1ª Cruzada (1096–1099). Conhecida como Cruzada dos Barões, é a primeira cruzada oficial francesa e agrega cerca de 500 mil pessoas. Chega a Jerusalém, onde é fundado um reino cristão.
- ✓2ª Cruzada (1147–1149). Motivada pela tomada de Edessa pelos turcos. Os cruzados são derrotados em Dorileia, quando empreendem a ofensiva na Palestina.
- ✓3ª Cruzada (1189–1192). Chamada de Cruzada dos Reis, é liderada pelo rei inglês Ricardo, Coração de Leão, que estabelece um acordo com o sultão Saladino, do Egito, para que os cristãos possam realizar peregrinações a Jerusalém.
- ✓4ª Cruzada (1202–1204). Financiada por venezianos interessados na rota comercial do Império Bizantino. Tomam e saqueiam Constantinopla.

Entre 1281 e 1622?, Otman I, neto de Ertogrul, inicia a expansão turca, defendendo a propagação do islamismo, o que dá início ao Império Turco-Otomano. De um pequeno principado na região da Anatólia (atualmente na Turquia), os turco-otomanos estendem seus domínios pela Europa, pelo Oriente Médio e pelo Norte da África. O florescimento do Império como potência mundial ocorre com a anexação de Constantinopla, em 1453, e a subsequente invasão dos Bálcãs. A partir do século 17, o Império fragmenta-se em função do desemprego, da fome, da corrupção administrativa e da interferência das potências europeias em seus negócios.

A guerra dos cem anos

A pretensão do rei inglês Eduardo III, neto de Felipe, o Belo, de disputar a sucessão do trono francês é o estopim da Guerra dos Cem Anos, que opõe França e Inglaterra, entre 1337 e 1453. O conflito envolve o interesse da Inglaterra no comércio de lã do território de Flandres, sob domínio francês, a ajuda da França à resistência escocesa e a posse de terra que os reis ingleses, duques da Normandia, tinham na área francesa.

Ao final da guerra, a França recupera todas as possessões sob domínio inglês. O embate consolida a identidade nacional francesa e facilita uma conspiração da nobreza inglesa, que iniciaria uma guerra civil: a Guerra das Duas Rosas, cujo resultado foi a perda de poder dos senhores feudais nos dois países e o aumento da autoridade real.

A peste negra

Trazida por um navio proveniente do mar Negro, a peste chega à Europa pelo Porto de Gênova e atinge o nível epidêmico no século 14. A epidemia, altamente infecciosa, é transmitida ao homem pelas pulgas de ratos. Espalha-se com grande velocidade e provoca a morte de cerca de 1/3 da população do continente, devido às péssimas condições de saneamento na Europa. Não havia sistema de drenagem e os esgotos eram a céu aberto.

A era islâmica

A unificação de tribos da Arábia por meio do islamismo e da língua árabe, entre 630 e 1258, dá origem ao Império Árabe. Sua expansão atinge a Índia, chega ao Norte da África e penetra na Europa pela península ibérica. A divisão do Império em Estados independentes e as divergências entre as seitas islâmicas dos sunitas e xiitas provocam sua decadência. A invasão de Bagdá pelos mongóis põe fim ao Império.

Na Arábia pré-islâmica, povos semitas, como os nômades, conhecidos por beduínos, vivem dispersos em tribos de diversas etnias, sem unidade política. Cada grupo possui os próprios deuses. Realizam-se peregrinações periódicas ao Templo da Caaba, em Meca, reverenciada como cidade religiosa da Arábia Central (hoje Arábia Saudita) desde o século 6º. Além de abrigar o culto de inúmeras divindades, Meca é um importante entreposto comercial, atraindo mercadores da Índia, da África Oriental e do Extremo Oriente.

Por volta de 610, Maomé (570-632), influenciado pelo monoteísmo judaico-cristão e pelas crenças pré-islâmicas, prega uma nova religião, o islamismo. Perseguido em Meca, foge para Medina, em 622. Esse acontecimento fica conhecido como Hégira. Ao retornar para Meca, em 632, a Arábia já possuía unidade política. Abu Beker (573–634), o sucessor de Maomé, começa a expansão árabe, em 634. Com a Guerra Santa (*Jihad*), combate em nome da difusão do islamismo e da necessidade de unificar o mundo árabe, transformando-o num verdadeiro Estado. O avanço segue, em princípio, rumo à Síria. Seu sucessor, Omar (586–644), conquista o Egito e a Mesopotâmia. O Estado torna-se um império teocrático militar, em que o rei é o chefe político, religioso e do exército.

Inicia-se, então, um período de crise, com a formação de muitas seitas religiosas.

Uma nova dinastia, a dos Omíada, toma o poder em 660. Moaviá Omíada, governador da Síria, muda a capital do Império de Medina para Damasco e institui o princípio hereditário dos califas (sucessores de Maomé). No período dos Omíada é conquistado o Norte da África (Magreb), onde os árabes se misturam aos nativos, que passam a ser chamados de mouros. Em seguida, é ocupada toda a península ibérica, com a formação de vários reinos. Rumam para a Gália (França), mas são derrotados em Poitiers, em 732, o que interrompe seu avanço em direção ao Norte da Europa. A Sicília também é conquistada nesse período. Uma conspiração interna, em 50, destrona o último soberano Omíada, dando início à dinastia Abássida. Bagdá torna-se sede do Império.

Com o surgimento de Estados independentes, como o Emirado de Córdova, criado em 756 pelo Omíada Abder Raman em território espanhol, ocorre a desagregação do Império. A partir do século 8º, tribos turcas incorporam-se aos exércitos árabes. Islamizados no século 10º, os turcos tornam-se os homens fortes do Império, apoderando-se do trono dos Abássida, em 1058. O rei recebe então o título de sultão. Mas disputas entre os sunitas e os xiitas, seitas religiosas do Império, provocam sua derrocada. Em 1258, os mongóis dominam Bagdá, pondo fim ao Império Árabe.

A Inquisição

A Inquisição foi uma espécie de tribunal criado pela Igreja Católica, no século 13, para perseguir, julgar e punir os acusados de heresia (doutrinas ou práticas contrárias às definidas pela Igreja). A "Santa Inquisição" é fundada pelo papa Gregório IX (1170?–1241) em sua bula (carta pontifícia) *Excommunicamus*, publicada em 1231.

No século 4º, quando o cristianismo se torna a religião oficial do Império Romano, os heréticos passam a ser perseguidos como inimigos do Estado. Na Europa, entre os séculos 11 e 15, o desenvolvimento cultural e as reflexões filosóficas e teológicas da época produzem conhecimentos que contradizem a concepção de mundo defendida até então pelo poder eclesiástico. Paralelamente surgem movimentos cristãos, como os cátaros, em Albi, e os valdenses, em Lyon, ambos na França, que pregam a volta do cristianismo às suas origens, defendendo a necessidade de a Igreja abandonar suas riquezas. Em resposta a essas "heresias", milhares de albigenses são liquidados, entre 1208 e 1229. Dois anos depois, é criada a Inquisição.

A Igreja Católica passa a combater os movimentos da Reforma Protestante e as heresias filosóficas e científicas saídas do Renascimento, principalmente por meio da Companhia de Jesus, ordem criada por Inácio de Loyola. Ficaram conhecidos como jesuítas e foram responsáveis pela divulgação do catolicismo nas terras descobertas pelas navegações iniciadas no final do século 15.

O Renascimento

Teve início na península itálica, entre os séculos 14 e 15. Surgiu no final da Idade Média e significou uma reação contra ela. Enquanto o pensamento medieval voltava-se para a religiosidade, os renascentistas procuravam explicações para o mundo real. Suas fontes de inspiração eram as filosofias grega e romana, além de uma visão renovada do cristianismo. Da mesma forma, as artes e a literatura se apoiaram nos modelos criados na antiga Grécia e em Roma. Da península itálica o renascimento espalhou-se por toda a Europa. Ele ocorreu ao mesmo tempo em que profundas transformações aconteciam na Europa, como as grandes navegações.

Capítulo 5

▼ História moderna

◘ A tomada de Constantinopla

Quando, no século 4º d.C., Constantino, imperador romano, fundou Constantinopla, a partir da antiga cidade de Bizâncio, não podia imaginar a importância histórica disto. Localizada no Extremo Oeste da Ásia Menor, servia de limite entre Oriente e Ocidente. Edward Gibbon chamou-a de "ponte entre dois mundos". Foi graças a esta cidade, governada sob o símbolo da cruz, que a Europa cristã ficou livre da expansão muçulmana e pôde comercializar com o mundo oriental durante mais de mil anos. Enquanto a cidade esteve em mãos cristãs, o fluxo comercial e cultural estava garantido.

Mas o assim chamado Império Bizantino, ou Império Romano do Oriente, não poderia resistir muito tempo às incursões do Império Turco-Otomano. O imperador na época, Maomé II, pôs-se em marcha contra a cidade, à frente de um exército de trezentos mil soldados. O cerco começou no início de abril de 1453 e estendeu-se até o final de maio, quando o imperador bizantino já se encontrava em completa fadiga e desespero. E assim, nesse mesmo ano, o último baluarte cristão no Oriente caía sob a cimitarra dos seguidores de Maomé. A porta fora completamente fechada.

Todavia, a queda desse símbolo mudou o mundo. Dividiu a história em Medieval e Moderna. Com o caminho para as Índias obstruído e o comércio das especiarias impossibilitado, a Europa tratou logo de achar um novo caminho. Diante de seus olhos surgiu o Oceano Atlântico, como possibilidade a ser tentada. A técnica de navegação começou a evoluir a fim de vencer este desafio. O temido Cabo da Tormenta, no Extremo Sul do continente africano, logo seria atravessado por Vasco da Gama, transformando-se em Cabo da Boa Esperança. O mundo deixava de ser um mundo Mediterrâneo para se tornar um Mundo Atlântico, depois Índico e, por fim, Pacífico, oceanicamente falando.

A navegação atlântica

As grandes navegações dos séculos 15 e 16 tiveram origem na necessidade de expansão econômica da Europa. A insuficiência da produção agrícola para alimentar toda a população, o declínio econômico da nobreza, o encarecimento dos produtos orientais e a falta de metais preciosos para a emissão de moeda impulsionam a procura por novos mercados fora dos domínios europeus. A tentativa de encontrar rotas alternativas para o Oriente torna-se indispensável.

A empreitada é possível graças ao surgimento de uma burguesia mercantil, interessada em ampliar sua margem de lucro, e ao fortalecimento do Estado, com a centralização do poder monárquico. Um forte ideal missionário, principalmente dos países ibéricos, para catequizar os povos infiéis das terras distantes funciona como justificativa ideológica para a expansão. As nações ibéricas formam impérios ultramarinos entre os séculos 15 e 16, quando tem início a colonização da África, da Ásia e da América. Não só Portugal e Espanha, mas Inglaterra, França e Holanda (Países Baixos) também realizam grandes expedições.

Portugal

Para alcançar os mercados do Oriente e garantir o monopólio do comércio com as chamadas Índias, os portugueses assumem a vanguarda do expansionismo europeu, seguidos pelos espanhóis. Revolucionam a arte da navegação ao aperfeiçoar instrumentos náuticos de origem árabe, como a bússola, ao modernizar a cartografia e ao inventar a caravela. São pioneiros em calcular com precisão a circunferência da Terra e no comércio de escravos negros para a América.

Espanha

Atrasados em relação a Portugal, os espanhóis patrocinam a viagem de Cristóvão Colombo ao Oriente, em 1492. Acreditando que a Terra era redonda, Colombo supõe ter alcançado o Oriente navegando pelo Ocidente. Na verdade, descobre outro continente: a América. Entre 1503 e 1513, o navegador florentino Américo Vespúcio (1451–1512) viaja ao continente a serviço da Espanha. Ainda com patrocínio espanhol, Fernão de Magalhães (1454–1521) começa, em 1519, a primeira viagem de circunavegação da Terra. Parte de Cádiz, no litoral da Espanha, atravessa o Atlântico Sul e cruza o estreito que hoje tem o seu nome. Ruma para a Ásia, chegando às Filipinas em 1521. A tese sobre a forma esférica da Terra fica assim comprovada.

■ Inglaterra, França e Países Baixos

Iniciam sua expansão marítima mais tarde e, no começo do século 16, aportam em terras já ocupadas por portugueses e espanhóis. Conquistam algumas áreas na América do Norte e na Ásia e desenvolvem ações de pirataria oficializadas por seus governos contra Portugal e Espanha.

No começo do século 17, ingleses, franceses e holandeses passam a produzir navios mais baratos, em maior quantidade e de melhor qualidade. Formam também sociedades credenciadas para exploração, comercialização e administração de terras longínquas, como a Companhia Britânica das Índias Orientais (1600) e a Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602).

A liderança inglesa

No século 18, com enorme poder naval, a Inglaterra lidera as expedições marítimas. As viagens, motivadas pela curiosidade científica e pela expectativa de obter maiores vantagens comerciais, são organizadas pelo governo e realizadas em navios de guerra comandados por oficiais da Marinha. Os objetivos são a exploração do Sul do Pacífico e a descoberta de um estreito, entre o Nordeste da Ásia e Noroeste da América, que leve ao Ártico: acabam por descobrir várias ilhas. Também exploram a Nova Zelândia, a Austrália e toda a costa americana e asiática do Pacífico Norte.

■ A descoberta da América

Foi a descoberta do continente americano chamado "Novo Mundo" pelo navegador italiano Cristóvão Colombo. Entre 1492 e 1504, em quatro viagens sob as ordens da Coroa espanhola, Colombo abre caminho para a conquista e a colonização da América.

A expansão marítima é motivada pelo desejo dos reinos europeus, principalmente Portugal e Espanha, de expandir seus domínios territoriais e conquistar rotas alternativas de comércio. O principal objetivo é chegar às Índias – nome genérico que inclui todo o Oriente –, grande fornecedora de especiarias e um novo mercado de consumo.

Para evitar a travessia do Mediterrâneo, dominado por comerciantes italianos e muçulmanos, Portugal busca uma rota alternativa contornando a África e acaba por estabelecer bases nas costas do continente. Na Espanha, os reis católicos, Fernando II e Isabel I, decidem financiar viagens às Índias depois de expulsar os mouros (árabes muçulmanos), que, por mais de cinco séculos, dominaram a região.

Sob influência de Colombo e do navegador florentino Américo Vespúcio, os reis escolhem a direção Ocidental, com base na tese da esfericidade da Terra.

A Reforma Protestante

No século 16, iniciou-se um amplo movimento de reforma religiosa, responsável pela quebra do monopólio da Igreja Católica sobre o Mundo Cristão Ocidental.

Fatores da Reforma:

1. A crise interna na Igreja era caracterizada pelo comportamento imoral da parte do clero, situação que se desenvolvera por séculos, desde a Idade Média. A simonia era uma prática comum, secular, caracterizada pela venda de objetos considerados sagrados ou a venda de cargos religiosos. Os grandes senhores feudais compravam cargos eclesiásticos como forma de aumentar seu poder ou de garantir uma fonte de renda para seus filhos, originando um processo conhecido como "investidura leiga", principalmente no sacro império. A preocupação com as questões materiais (poder e riqueza) levou principalmente o alto clero a um maior distanciamento das preocupações religiosas ou mesmo de caráter moral. O nicolaísmo retrata um outro aspecto do desregramento moral do clero, a partir do qual o casamento de membros do clero levava-os a uma preocupação maior com os bens materiais, que seriam deixados em herança para os filhos e a partir daí determinavam o comportamento "mundano" dessa parcela do clero.

2. A ascensão da burguesia, possuidora de uma nova mentalidade, vinculada à ideia de lucro, encontrava na Igreja Católica um obstáculo. A Igreja, desde a Idade Média, procurava regular as atividades econômicas a partir de seus dogmas e nesse sentido condenava o lucro e a usura (empréstimo de dinheiro a juros), inibindo a atividade mercantil burguesa. Vale lembrar que a burguesia europeia nasce cristã e, dessa forma, passa a procurar uma forma de conciliar suas atividades econômicas e o ideal de lucro com sua fé.

3. A ascensão do poder real, no século 16, consolidava-se no absolutismo em diversos países europeus e o controle da Igreja ou da religião passou a interessar aos reis como forma de ampliar ou legitimar seu poder, explicando a intolerância religiosa que marcará a Europa nos séculos seguintes. O melhor exemplo desse vínculo entre a nova forma de poder e a religião surgirá na Inglaterra com a criação de uma Igreja Nacional, subordinada à autoridade do rei.

4. A mentalidade renascentista refletiu o desenvolvimento de uma nova mentalidade, caracterizada pelo individualismo e pelo racionalismo e ao mesmo tempo permitiu o desenvolvimento do senso crítico, impensável até então, determinando um conjunto de críticas ao comportamento do clero.

A Contra-Reforma

Nada mais é do que a reação da Igreja Católica à Reforma Protestante e às pressões internas pela renovação das práticas e da atuação política do clero durante os séculos 16 e 17. Em 1545, o papa Paulo III (1468–1549) convoca o Concílio de Trento e torna-se o primeiro papa da Contra-Reforma.

O Concílio de Trento foi um Conselho que se reuniu várias vezes, entre 1545 e 1563, para assegurar a disciplina eclesiástica e a unidade da fé. Confirmou a presença de Cristo na eucaristia e combateu a doutrina protestante a respeito dos sacramentos. Regulou as obrigações do clero, a contratação de parentes para a Igreja e o excesso de luxo na vida dos religiosos. Foi instituído o índice de livros proibidos (*Index Librorum Prohibitorum*) com as obras que os católicos não poderiam ler, sob pena de excomunhão (expulsão da Igreja). O órgão encarregado pela repressão às heresias e aplicação das medidas da Contra-Reforma foi a Inquisição. Para efetivar as mudanças, a Igreja criou ou reorganizou ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, formada pelos jesuítas.

O mercantilismo

Política econômica desenvolvida pelos Estados europeus entre os séculos 16 e 18 e baseada no absolutismo estatal e na empresa privada. Corresponde à transição do feudalismo para o capitalismo. Caracteriza-se pela interferência do governo na economia, na acumulação de metais preciosos, na balança comercial favorável (exportação maior que importação) e na exploração colonial.

O fortalecimento do poder real depende de sua capacidade de acumular riquezas e de proteger a nação da concorrência militar e econômica de outros países. Com a formação das monarquias nacionais, surge o desejo das nações de se tornarem potências, apoiadas pela burguesia. Nessa época, a riqueza é determinada pela quantidade de metais preciosos (ouro e prata) que se possui. Os países que não têm acesso direto às minas procuram aumentar seu comércio. Para isso, iniciam a expansão marítima e comercial, conquistando e explorando novos territórios.

Para controlar a riqueza e a economia, os Estados utilizam-se de barreiras alfandegárias, tarifas de comércio, incentivo às empresas privadas, controle da produção interna e promoção das atividades comerciais. A criação de companhias de comércio para a exploração colonial também é um elemento da política mercantilista. São empresas privadas nas quais se associam governo e empresas comerciais para ampliar e defender, inclusive militarmente, os negócios nos territórios então descobertos. Um exemplo foi a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, cujo objetivo era garantir para a Holanda (Países Baixos) o mercado fornecedor de açúcar.

Capítulo 6

▼ História contemporânea

◘ A Revolução Francesa

Foi a revolução social e política que aconteceu na França entre 1789 e 1799. Sob o lema "Liberdade, igualdade e fraternidade", a burguesia revolta-se contra a monarquia absolutista e, com o apoio popular, toma o poder, instaurando a I República – chamada Mariana. Os revolucionários acabam com os privilégios da nobreza e do clero e livram-se das instituições feudais do antigo Regime.

Em 14 de julho de 1789, em Paris, França, uma turba quase desarmada consegue adentrar na principal prisão do país, a Bastilha. Tratava-se de um presídio estatal que simbolizava o poder absoluto do rei. Não se pode classificar o ato como um movimento político, pois não passava de um levante popular aparentemente sem nenhum fim ideológico em questão. Todavia, aquela fortaleza guardava diversos presos políticos que, com suas ideias e palavras, haviam se insurgido contra a monarquia absolutista francesa, então a maior potência do mundo.

Os turbulentos eventos desse dia – conhecido como "o dia da tomada da Bastilha" –, marcariam para sempre o mundo. Os presos políticos foram soltos e todo o edifício se encontrava agora nas mãos do povo.

■ Antecedentes

No final do século 18, cerca de 98% da população pertence ao III Estado, que reúne grandes e pequenos burgueses, trabalhadores urbanos e camponeses. É o III Estado que arca com os pesados impostos que sustentam o rei, o clero (I Estado) e a nobreza (II Estado). A população também sofre com os abusos do absolutismo de Luís XVI (1754–1793). A burguesia detém o poder econômico, mas perde as disputas políticas para o clero e a nobreza, que se aliam nas votações – um voto para cada Estado.

Estimulada pelos ideais do iluminismo, a multidão se revolta contra a dominação da minoria. A partir de 1786, o país enfrenta uma série de dificuldades econômicas, como a crise da indústria e uma seca que reduz a produção de alimentos. Em 1788, o rei convoca a Assembleia dos Estados Gerais, um ano depois que os nobres, na Assembleia dos Notáveis, se recusam a aceitar medidas contra seus privilégios.

■ A tomada da Bastilha

Os Estados Gerais começam seus trabalhos em maio de 1789, no Palácio de Versalhes. Em junho, a disposição de liquidar o absolutismo e de realizar reformas leva a bancada do III Estado a autoproclamar-se Assembleia Nacional Constituinte. Grande parte da nobreza sai do país. Em agosto de 1789, a Constituinte anula os direitos feudais ainda existentes e aprova a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em setembro de 1791, é finalizada a Constituição, que conserva a Monarquia, mas institui a divisão do poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), proclama a igualdade civil e confisca os bens da Igreja.

◘ A Revolução Industrial

Foi um processo de mudança de uma economia agrária e baseada no trabalho manual para uma economia dominada pela indústria mecanizada. Tem início na Inglaterra por volta de 1760 e alastra-se para o resto do mundo. Caracteriza-se pelo uso de novas fontes de energia, pela invenção de máquinas que aumentam a produção, pela divisão e especialização do trabalho, pelo desenvolvimento do transporte e da comunicação e pela aplicação da ciência na indústria.

Provoca profundas transformações na sociedade: o declínio da terra como fonte de riqueza, o direcionamento da produção em larga escala para o mercado internacional, a afirmação do poder econômico da burguesia, o surgimento do operariado e a consolidação do capitalismo como sistema dominante na sociedade.

■ Primeira Revolução Industrial

O pioneirismo inglês, no século 18, deve-se ao acúmulo de capital (em razão da rápida expansão do comércio ultramarino e continental), às reservas de carvão e ferro, à grande quantidade de mão de obra, ao avanço tecnológico e à existência de mercados consumidores. Em sua origem está a Revolução Gloriosa (1688), que assinala o final do absolutismo inglês e coloca a burguesia no controle do Estado. A disponibilidade de capital e o sistema financeiro eficiente facilitam os investimentos dos empresários, que constroem ferrovias, estradas, portos e sistemas de comunicação, favorecendo o comércio.

Os campos são apropriados pela burguesia, no processo chamado "cercamento", originando extensas propriedades rurais. Com isso, os camponeses são expulsos das terras, migram para as cidades e tornam-se mão de obra à disposição. Por outro lado, aumenta a produção de alimentos, contribuindo para o crescimento populacional.

Avanços técnicos

O desenvolvimento de máquinas – como a máquina a vapor e o tear mecânico – permite o crescimento da produtividade e a racionalização do trabalho. Com a aplicação da força a vapor às máquinas fabris, a mecanização difunde-se na indústria têxtil. Para melhorar a resistência delas, o metal substitui a madeira, estimulando a siderurgia e o surgimento da indústria pesada de máquinas. A invenção da locomotiva e do navio a vapor acelera a circulação das mercadorias.

Oferta de mão de obra

O novo sistema industrial institui duas novas classes opostas: os empresários, donos do capital, dos modos e bens de produção, e os operários, que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

A Revolução Industrial concentra os empregados em fábricas e muda radicalmente o caráter do trabalho. Para aumentar o desempenho dos operários, a produção é dividida em várias etapas. O trabalhador executa uma única, etapa, sempre do mesmo modo. Com a mecanização, o trabalho desqualifica-se, o que reduz os salários. No início, os empresários impõem duras condições aos operários para ampliar a produção e garantir margem de lucro crescente. Os operários, então, se organizam em associações para reivindicar melhores condições de trabalho, dando origem aos sindicatos.

■ **Segunda Revolução Industrial**

Inicia-se a partir de 1870, com a industrialização da França, da Alemanha, da Itália, dos EUA e do Japão, entre outros. Novas fontes de energia (eletricidade e petróleo) e produtos químicos, como o plástico, são desenvolvidos. O ferro é substituído pelo aço. Surgem máquinas e ferramentas mais modernas. Em 1909, Henry Ford cria a linha de montagem e a produção em série. Na segunda metade do século 20, quase todas as indústrias já estão mecanizadas e a automação alcança todos os setores das fábricas. As inovações técnicas aumentam a capacidade produtiva das indústrias e o acúmulo de capital. As potências industriais passam a buscar outros mercados consumidores.

■ **Terceira Revolução Industrial**

No período pós-II Guerra Mundial, a partir da década de 50, surgem complexos industriais e empresas multinacionais. As indústrias química e eletrônica crescem. Os avanços da automação, da informática e da engenharia genética são incorporados ao processo produtivo, que depende cada vez mais de alta tecnologia e de mão de obra especializada. A informatização substitui, em alguns casos, a mão de obra humana, contribuindo para a eliminação de inúmeros postos de trabalho.

A era napoleônica

Império estabelecido por Napoleão Bonaparte na França, entre 1804 e 1815, como resultado da Revolução Francesa, dissemina os ideais da burguesia em ascensão pela Europa. Com política expansionista, o Império, em seu apogeu, estende-se por todo o continente por volta de 1810. Chega ao fim com a derrota francesa na Batalha de Waterloo.

Antecedentes

Líder militar de sucesso, Napoleão ganha prestígio e apoio popular nas guerras da França contra a Itália e a Áustria (1796–1797) e contra o Egito (1798). Por isso é escolhido pela burguesia francesa para solucionar a grave crise que se havia instalado no governo revolucionário.

Em 1799, Napoleão dá um golpe de Estado, conhecido como Golpe do 18 Brumário (data que corresponde ao calendário estabelecido pela Revolução Francesa e equivale a 9 de novembro do calendário gregoriano). A Constituição republicana é suprimida e substituída por outra de caráter autoritário, concentrando todo o poder nas mãos do primeiro-cônsul, cargo que ele passa a ocupar.

Nesse período, conhecido como Consulado (1799–1804), Napoleão realiza obras de pacificação e de organização dos territórios franceses. Participa da redação do Código Civil, que confirma a vitória da revolução burguesa e influencia a legislação de todos os países europeus no século 19. Institui os princípios de igualdade, de propriedade das terras, das heranças, a tolerância religiosa e o divórcio. No exterior, assina tratados de paz com a Áustria (1801) e com a Inglaterra (1802).

O império napoleônico

Nasce de forma oficial em 1804, quando um plebiscito referenda o primeiro-cônsul como imperador da França. Napoleão é sagrado pelo papa Pio VII na Catedral de Notre Dame, em dezembro do mesmo ano. Coroado sob o nome de Napoleão I, preocupa-se em consolidar seu poder, modernizar a França e retomar a tradição do despotismo esclarecido.

A convivência com as potências europeias torna-se insustentável por causa da política de guerra permanente do Império, que leva à formação de coalizões contra os franceses. Napoleão I tenta invadir a Inglaterra, mas é derrotado. Volta-se, então, para a Europa Central. Vence a Áustria na Batalha de Austerlitz. Por meio de guerras e acordos, domina a Itália, a Holanda (Países Baixos) e parte da Alemanha. Após invadir a Prússia oriental e a Polônia (1806), Napoleão obriga a Rússia a aliar-se à França contra os ingleses e estabelece um bloqueio continental que impede o comércio de mercadorias inglesas na Europa.

■ Decadência do império napoleônico

Em 1812, a aliança franco-russa é quebrada pelo czar Alexandre, que rompe o bloqueio contra os ingleses. Napoleão empreende então a campanha contra a Rússia. Entra em Moscou e, durante a retirada, o frio e a fome dizimam grande parte do exército francês. Enquanto isso, na França, o general Malet, apoiado por setores descontentes da burguesia e da antiga nobreza francesas, arma uma conspiração para dar um golpe de Estado contra o imperador. Napoleão retorna imediatamente a Paris e controla a situação. Mas, no exterior, o Império começa a decair. Tem início, então, a luta da coalizão europeia contra a França.

Com a capitulação de Paris, o imperador é obrigado a abdicar. O Tratado de Fontainebleau, de 1814, exila Napoleão na ilha de Elba, de onde foge no ano seguinte. Desembarca na França com um exército e reconquista o poder. Inicia, então, o Governo dos Cem Dias. A Europa coligada retoma sua luta contra o exército francês. Napoleão entra na Bélgica em junho de 1815, mas é derrotado pelos ingleses na Batalha de Waterloo e abdica pela segunda vez, pondo fim ao império napoleônico.

Após a derrota de Napoleão, o Congresso de Viena (1815) reúne as potências vitoriosas com o objetivo de reorganizar o mapa político da Europa. Sob a liderança de Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia são restauradas dinastias e fronteiras alteradas pelas guerras napoleônicas. A Santa Aliança, organização política internacional, é criada para impedir novos movimentos revolucionários.

◘ A Revolução Bolchevista

Movimento revolucionário na Rússia que tem início em 1917, com a queda do czarismo, e termina com o estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o primeiro país socialista do mundo, em 1922. Começa em 27 de fevereiro de 1917, pelo calendário russo (12 de março, no calendário ocidental), com a Revolução de Fevereiro, que força a abdicação do czar. Em 25 de outubro, sempre pelo calendário russo, a Revolução de Outubro instaura a ditadura do proletariado, surgindo, assim, a fase socialista.

■ Queda da monarquia

A Rússia anterior à revolução abriga vários povos, etnias e culturas. Seu território é propriedade da nobreza. A população rural representa 80% dos habitantes. O avanço da industrialização, por outro lado, faz crescer o número de proletários. As dificuldades econômicas e políticas estimulam ideias revolucionárias contra o regime czarista.

Os gastos com a I Guerra Mundial diminuem investimentos e elevam preços, aumentando os conflitos internos, reprimidos violentamente. A fome chega às cidades e há greves em quase todo o país. A insatisfação alcança o auge em fevereiro de 1917. O exército nega-se a marchar contra o povo e, no dia 27, pelo calendário russo, o czar Nicolau II abdica. O governo é disputado pela burguesia, por meio do Comitê Provisório da Duma (espécie de Parlamento) e pelos socialistas do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), divididos entre os bolcheviques (que defendem a revolução imediata) e os mencheviques (que querem a revolução gradual, mediante reformas).

Os socialistas organizam operários, soldados e camponeses em conselhos, chamados de sovietes.

■ Bolcheviques no poder

Em setembro, Leon Trótski, presidente do soviete de Petrogrado (ex-São Petersburgo), cria a Guarda Vermelha. Lênin volta clandestinamente para o país e convence o comando bolchevique a partir para a revolução, defendendo que o poder passe aos sovietes. A resistência de Kérenski em Moscou é vencida em 25 de outubro (7 de novembro). Os bolcheviques tomam o poder em 7 de novembro e instituem o Conselho dos Comissários do Povo, presidido por Lênin. Trótski assume o Comissariado das Relações Exteriores e Josef Stálin, o das Nacionalidades.

Os bolcheviques iniciam a mudança do sistema político e econômico, concedendo aos camponeses o direito exclusivo de exploração das terras. Transferem o controle das fábricas aos operários, expropriam as indústrias e nacionalizam os bancos. Moscou passa a ser a capital do país, em substituição a Petrogrado. Em março de 1918, o governo assina a paz em separado com a Alemanha, aceitando entregar a Polônia, a Ucrânia e a Finlândia. Sofre, em seguida, reação armada de ampla frente que reúne capitalistas a mencheviques. Os contrarrevolucionários, chamados Brancos, recebem ajuda do Reino Unido, da França, do Japão e, mais tarde, da Polônia.

■ Consolidação da revolução

Trótski organiza o Exército Vermelho, responsável pela derrota dos contrarrevolucionários e das forças externas. A vitória bolchevique instala o terror, com o fuzilamento de milhares de pessoas, incluindo o czar e sua família. O governo adota medidas para reduzir a fome e modernizar o país. Divide a terra dos kulaks, médios proprietários rurais, e os camponeses pobres organizam-se em cooperativas.

Em 1921, com a revolução consolidada, Lênin estabelece a Nova Política Econômica (NEP), misto de socialismo e capitalismo, para vencer o impasse econômico.

Permite a criação de empresas privadas e o comércio em pequena escala, sob a supervisão do Estado, e autoriza empréstimos externos. A formação da URSS, em 1922, tenta manter unidos diversos territórios do antigo império russo que pouco têm em comum.

A morte de Lênin, em 1924, provoca uma luta pelo poder entre Trótski e Stálin, que possuem concepções diferentes de revolução. Trótski defende a revolução mundial, enquanto Stálin pretende implantar o socialismo apenas na URSS.

◘ Primeira Guerra Mundial

Conflito armado que começa em 1914 como uma disputa local entre o Império Austro-Húngaro e a Sérvia, estende-se às potências imperialistas da Europa e atinge o mundo inteiro. O estopim é o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando (1863–1914), herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo (atual Bósnia-Herzegóvina). A guerra termina em 1918, causando a morte de mais de 8 milhões de soldados e 6,5 milhões de civis.

Confrontam-se dois grupos de países organizados em pactos antagônicos: a Tríplice Aliança, liderada pela Alemanha, e a Tríplice Entente, que vence a guerra, encabeçada pela França. A Europa perde sua posição na liderança mundial para os Estados Unidos (EUA), que assumem o comando das negociações mundiais e passam a ser o centro de poder do capitalismo. A reorganização do cenário político no continente europeu e as condições impostas pelo Tratado de Versalhes ao perdedor, a Alemanha, levam à II Guerra Mundial. O mundo do pós-guerra assiste também à implantação do primeiro Estado socialista, a União Soviética (URSS).

■ O mundo em guerra

Em 28 de junho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, sucessor do Império Austro-Húngaro, e sua esposa são assassinados durante visita a Sarajevo, na Bósnia-Herzegóvina, pelo estudante anarquista sérvio Gravilo Princip. Confirmada a cumplicidade de políticos da Sérvia no atentado, o governo austríaco envia, em julho, um ultimato ao governo sérvio. Exige, entre outras medidas, a demissão de ministros suspeitos de envolvimento com os terroristas. Como a Sérvia reluta em atender às exigências, o país é invadido pelos austríacos em 1º de agosto.

O complexo sistema de alianças que impera no continente conduz outros países europeus ao conflito. A Rússia declara guerra à Áustria. A Alemanha se junta às nações contra a Rússia. A França, ligada aos russos, mobiliza tropas contra os alemães. Em 3 de agosto de 1914, o mundo está em guerra. Em seguida, outras nações tomam parte dela: o Reino Unido alia-se à França; a Turquia, do lado dos alemães, ataca os portos russos no mar Negro; e o Japão, interessado nos domínios germânicos no Extremo Oriente, engrossa o bloco contra a Alemanha.

Ao lado da Entente entram outras 24 nações, estabelecendo uma ampla coalizão, conhecida como "os países aliados". Já a Alemanha recebe a adesão do Império Turco-Otomano, rival da Rússia e da Bulgária, movida pelos interesses nos Bálcãs. A Itália, embora pertencente à Tríplice Aliança, fica neutra no início, mas troca de lado em 1915, sob promessa de receber parte dos territórios turco e austríaco.

Na frente ocidental, a guerra entre França e Alemanha não tem vitoriosos até 1918. Na frente oriental, os alemães abatem o exército da Rússia. Já fragilizado pela derrota na Guerra Russo-Japonesa, o povo russo atinge o ponto máximo de insatisfação com o conflito, o que gera condições favoráveis para a Revolução Russa. Com a derrota militar russa consumada e o risco de a Alemanha avançar pela frente oriental e atacar a França, os EUA entram na guerra e decidem o confronto. O objetivo do país na luta é preservar o equilíbrio de poder na Europa e evitar uma possível hegemonia alemã.

■ A paz

Em julho de 1918, forças inglesas, francesas e norteamericanas lançam um ataque definitivo. A guerra está praticamente vencida. Turquia, Áustria e Bulgária rendem-se. Os bolcheviques, que com a queda do czar russo assumem o poder após dois governos provisórios, já haviam assinado a paz em separado com a Alemanha, em março, pelo Tratado de Brest-Litovsk. A fome e a saúde precária da população alemã levam o país à beira de uma revolução social. Com a renúncia do kaiser, exigida pelos EUA, um conselho provisório socialista negocia a rendição.

Em 28 de junho de 1919, é assinado o Tratado de Versalhes, que põe fim à guerra.

◘ Segunda Guerra Mundial

Regime político de caráter totalitário que se desenvolve na Alemanha durante as sucessivas crises da República de Weimar, entre 1919 e 1933. Baseia-se na doutrina do nacional-socialismo, formulada por Adolf Hitler, que orienta o programa do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). De caráter nacionalista, defende o racismo, a superioridade da raça ariana e a luta pelo expansionismo alemão e nega as instituições da democracia liberal e a revolução socialista. A essência da ideologia nazista encontra-se no livro de Hitler, *Mein Kampf* ("Minha luta").

Ao final da I Guerra Mundial, além de perder territórios para França, Polônia, Dinamarca e Bélgica, os alemães são obrigados, pelo Tratado de Versalhes, a pagar altas indenizações aos países vencedores. Essa penalidade faz crescer a dívida externa e compromete os investimentos internos, gerando falências, inflação e desemprego em massa. As tentativas frustradas de revolução socialista (1919, 1921 e 1923) e as sucessivas quedas de gabinetes de orientação social-democrata criam condições favoráveis ao surgimento e à expansão do nazismo no país.

O NSDAP, utilizando-se de espetáculos de massa (comícios e desfiles) e dos meios de comunicação (jornais, revistas, rádio e cinema), consegue mobilizar a população por meio do apelo à ordem e ao revanchismo. Recebe ajuda da grande burguesia, que teme o movimento operário. Favorecidos por uma divisão dos partidos de esquerda, os nazistas são vitoriosos nas eleições de 1932.

Em 1933, Hitler é nomeado primeiro-ministro, com o auxílio de nacionalistas, católicos e setores independentes. Um ano depois, se torna chefe de governo (chanceler) e chefe de Estado (presidente). Interpreta o papel de *führer*, o guia do povo alemão, criando o III Reich (III Império).

Com poderes excepcionais, Hitler suprime todos os partidos políticos, exceto o nazista; dissolve os sindicatos; cassa o direito de greve; fecha os jornais de oposição; e estabelece a censura à imprensa. Apoiando-se em organizações paramilitares: SA (guarda do exército), SS (guarda especial) e Gestapo (polícia política), realiza perseguições aos judeus, aos sindicatos e aos políticos comunistas, socialistas e de outros partidos.

O intervencionismo e a planificação econômica adotados por Hitler eliminam, no entanto, o desemprego e impedem a retirada do capital estrangeiro do país. Há um acelerado desenvolvimento industrial que estimula a indústria bélica e a edificação de obras públicas. Esse crescimento se deve em boa parte ao apoio dos grandes grupos alemães, como Krupp, Siemens e Bayer, a Adolf Hitler.

Em desrespeito ao Tratado de Versalhes, Hitler reinstitui o serviço militar obrigatório, em 1935, remilitariza o país e envia tanques e aviões para amparar as forças conservadoras do general Francisco Franco durante a Guerra Civil Espanhola, em 1936. Nesse mesmo ano, promove o extermínio sistemático dos judeus por meio da deportação para guetos ou campos de concentração. Domina a Áustria e a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia (1938). Ao invadir a Polônia, em 1939, dá início à II Guerra Mundial.

A II Guerra Mundial foi um conflito militar de escala mundial que envolveu países de todos os continentes e se estendeu de 1939 a 1945. Resultou do choque de interesses entre as nações após o fim da I Guerra Mundial e das pretensões da Alemanha de conquistar o mundo. Terminou com a destruição do III Reich, de Adolf Hitler, o declínio das nações da Europa e a emergência das duas superpotências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, que passam a disputar o controle do planeta na chamada Guerra Fria.

As perdas em consequência da guerra são estimadas em quase 50 milhões de mortos, a maioria civil. Cerca de 5,9 milhões de judeus são assassinados nos campos de concentração e extermínio, em um dos maiores genocídios da história. A ideia de superioridade da raça ariana também leva a uma política de perseguição e ao extermínio de minorias consideradas inferiores, como ciganos, eslavos, doentes mentais e deficientes físicos.

Guerra Fria

Foi a disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e URSS após a II Guerra Mundial. Uma intensa guerra econômica, diplomática e tecnológica pela conquista de zonas de influência que divide o mundo em dois blocos, com sistemas econômicos e políticos opostos: o chamado mundo capitalista, liderado pelos EUA, e o mundo comunista, encabeçado pela URSS. Provoca uma corrida armamentista que se estende por quarenta anos e coloca o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear.

Após a II Guerra Mundial, os soviéticos controlam os países do Leste Europeu e os norteamericanos tentam manter o resto da Europa sob sua influência. Apoiado na Doutrina Truman – segundo a qual cabe aos EUA a defesa do mundo capitalista diante do avanço do comunismo –, o governo norteamericano presta ajuda militar e econômica aos países que se opõem à expansão comunista e auxilia a instalação de ditaduras militares na América Latina.

O Plano Marshall, por exemplo, resulta na injeção de US$ 13 bilhões na Europa. A URSS adota uma política isolacionista, a chamada Cortina de Ferro. Ajudada pelo Exército Vermelho, transforma os governos do Leste Europeu em satélites de Moscou.

Nos anos 50 e 60, a política norteamericana de contenção da expansão comunista faz que a nação tenha participação na Guerra da Coreia e na Guerra do Vietnã. A Guerra Fria repercute na própria política interna dos EUA, com o chamado macarthismo, que desencadeia no país uma onda de perseguição a supostos simpatizantes comunistas.

Corrida nuclear

A Guerra Fria amplia-se a partir de 1949, quando os soviéticos explodem sua primeira bomba atômica e inauguram a corrida nuclear. Os EUA testam novas armas nucleares no atol de Bikini, no Pacífico, e, em 1952, explodem a primeira bomba de hidrogênio. A URSS lança a sua em 1955. As superpotências criam blocos militares reunindo seus aliados, como a Otan, que agrega os anticomunistas, e o Pacto de Varsóvia, do bloco socialista.

Capítulo 7

▼ História recente

◘ Fatos ocorridos após a Segunda Grande Guerra

■ Peronismo

Juan Domingo Perón é eleito presidente da Argentina em 1946. Implementa um programa social conhecido como "justicialismo". Funda o Partido Peronista e proíbe as demais agremiações políticas.

Durante seu governo populista, recebe grande influência de sua mulher, Eva Duarte. É reeleito em 1951 e deposto pela Marinha quatro anos depois. Em 1973, volta à Argentina e elege-se presidente pela terceira vez, tendo Isabelita, sua terceira mulher, como vice.

■ Independência da Índia

Em 1947, Mahatma Gandhi lidera a luta pela independência da Índia em meio a violentos confrontos entre hindus e muçulmanos. Como resultado, o território, no mesmo ano, acaba dividido em dois Estados: uma Índia hindu e um Paquistão muçulmano.

Após a independência, a Índia passa a integrar a Comunidade Britânica, e o Estado paquistanês é dividido em dois Estados muçulmanos: Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental (atual Bangladesh), separados por mais de 1.600 Km, com línguas diferentes e poder centralizado na região ocidental.

■ Fundação do Estado de Israel (1948-1949)

O Estado de Israel é fundado oficialmente em maio de 1948, após aprovação pela ONU (Organização das Nações Unidas) do plano de partilha da Palestina entre árabes e judeus.

Nações árabes do Oriente Médio atacam Israel para impedir sua criação, dando início ao primeiro conflito árabeisraelense, a chamada Guerra de Independência de Israel. A guerra termina em 1949, com a vitória de Israel, que amplia seu território além dos limites estabelecidos pela ONU.

■ Criação da Otan

Em 1949, os países capitalistas ocidentais formam uma aliança militar, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com o objetivo de conter a expansão militar e ideológica do bloco socialista.

■ Comunismo na China

O líder dos nacionalistas, Chang Kai-Chek, não consegue resistir ao avanço dos guerrilheiros camponeses comandados pelo líder comunista Mao Tsé-tung. Em 1º de outubro de 1949, Mao proclama a República Popular da China, reorganizada nos moldes comunistas, com a coletivização forçada das terras e o controle estatal da economia.

Em 1958, adota o "Grande Salto para a Frente", plano de desenvolvimento em tempo recorde, cujo fracasso o leva a ser afastado do poder pelo Partido Comunista.

■ Independência das colônias africanas

Quase todas as colônias africanas conquistam a independência. As reivindicações pelo direito à autodeterminação dos povos do continente ganha impulso após a II Guerra Mundial, com o aparecimento de movimentos nacionalistas como o Pan-Africanismo. Na Conferência de Bandung (1955), na Indonésia, e na primeira Conferência dos Povos da África (1958), em Gana, líderes asiáticos e africanos se unem na luta pela libertação do domínio europeu. Em toda a África, o processo de emancipação se dá de forma lenta e diferenciada.

Algumas colônias desligam-se pacificamente de suas metrópoles, tais como a Mauritânia e a Líbia. Outras só alcançam a soberania por meio de conflitos, a exemplo da Argélia, a principal colônia de povoamento da França. A oposição dos imigrantes franceses – *pieds-noirs* ("pés negros") – à independência acabou provocando uma das mais longas e cruéis guerras anticoloniais da história: matou 1 milhão de pessoas e se estendeu de 1954 a 1962. O nascimento de vários Estados africanos também é marcado por guerras civis, já que muitas das fronteiras políticas estabelecidas não obedeceram às divisões étnicas, religiosas e linguísticas do povo africano.

Mesmo após a independência, boa parte das nações da África mantém laços com as ex-metrópoles – por meio de programas de ajuda ao desenvolvimento – como forma de minorar os agudos problemas econômicos e sociais.

■ Mercado Comum Europeu

Em 1957, França, Itália, República Federal da Alemanha, Bélgica, Holanda (Países Baixos) e Luxemburgo assinam o Tratado de Roma, formando o Mercado Comum Europeu, atual União Europeia (UE).

■ Revolução Cubana

Em 1959, descontentes com a ditadura de Fulgêncio Batista, setores da oposição liderados por Fidel Castro organizam a Revolução Cubana. A luta contra o exército cubano começa em dezembro de 1956 e ganha apoio popular.

Em 1º de janeiro de 1959, os revolucionários tomam Havana, e Batista foge do país. Sob o comando de Fidel, Cuba transforma-se na única nação socialista do continente americano, alinhando-se à esfera de influência da União Soviética, no início da década de 60. O novo regime entra em choque com os interesses dos Estados Unidos, que rompem relações diplomáticas com a ilha e decretam um embargo comercial vigente até hoje. Cuba também é expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA).

■ Guerra do Vietnã

Entre 1959 e 1976, o Vietnã do Sul, apoiado pelos Estados Unidos (EUA), e o Vietnã do Norte, comunista, confrontam-se na Guerra do Vietnã. O conflito tem início com a tentativa da guerrilha comunista do Sul (Vietcongue) e das tropas do Norte de reunificar o país e derrubar o regime pró-Ocidente. O auxílio dos EUA aos anticomunistas começa em 1961 e se amplia até a completa intervenção militar, a partir de 1965. A guerra termina após a retirada norteamericana e a tomada de Saigon (capital do Vietnã do Sul) pelos comunistas. Em 1976, o Vietnã é reunificado.

A guerra é a maior derrota da história dos EUA: o país perde mais de 45 mil soldados, tem 800 mil feridos e quase 2 mil desaparecidos em ação. Não há dados seguros sobre as baixas vietnamitas, mas acredita-se que ultrapassem 180 mil.

■ Construção do Muro de Berlim

Em 1961, o Muro de Berlim, símbolo da divisão da Europa e do mundo em blocos geopolíticos antagônicos durante a Guerra Fria, começa a ser construído em 13 de agosto na capital da Alemanha Oriental. O objetivo é impedir a passagem de alemães da porção oriental para a ocidental: até 1961, cerca de 2,7 milhões haviam fugido de lá.

■ Crise dos mísseis em Cuba

Em 1962, o presidente norteamericano John Kennedy decreta bloqueio naval a Cuba para forçar a retirada de mísseis nucleares soviéticos instalados na ilha. O episódio fica conhecido como crise dos mísseis. O governo norteamericano arrisca-se a um impasse que poderia ter conduzido a uma guerra nuclear.

■ **Assassinato do presidente Kennedy**

Em 1963, o presidente norteamericano John Kennedy é assassinado no dia 22 de novembro em Dallas, Texas. O presidente fazia um desfile em carro aberto e recebeu tiros supostamente disparados por Lee Oswald.

■ **Revolução Cultural na China**

Em 1966, em meio a lutas travadas pela disputa do poder no interior do Partido Comunista Chinês, Mao Tsé-tung busca apoio das massas populares para se manter no comando e institui a Grande Revolução Cultural Proletária, rígida política de doutrinação ideológica da população. A Guarda Vermelha, formada por jovens militantes, passa a perseguir todos aqueles que se tenham desviado dos "preceitos revolucionários". Dirigentes do partido e intelectuais são perseguidos sob acusação de tentar restaurar o capitalismo no país. Em 1969, três anos após o início da Revolução Cultural, Mao consegue reafirmar seu poder, mantendo seus adversários sob controle.

■ **Guerra dos Seis Dias**

Em 5 de junho de 1967, Israel lança um ataque surpresa contra os aeroportos militares do Egito, da Síria e da Jordânia, arrasando suas Forças Aéreas ainda no solo. Em apenas seis dias – daí o nome Guerra dos Seis Dias – Israel derrota os três países e conquista amplas fatias de seus territórios: Faixa de Gaza e península do Sinai (Egito); Cisjordânia e Jerusalém Oriental (Jordânia); e as colinas de Golã (Síria).

As alegações israelenses para o ataque foram a intensificação do terrorismo palestino no país e o bloqueio do golfo de Ácaba pelo Egito. Israel rejeita a resolução da ONU (Organização das Nações Unidas) de devolução dos territórios.

■ **Caso Watergate**

Em 1974, Richard Nixon torna-se o primeiro presidente norteamericano a renunciar ao mandato, por causa do escândalo Watergate. O caso tem início durante a campanha eleitoral de 1972, quando a sede do Partido Democrata no prédio Watergate, em Washington, é invadida e tem os telefones grampeados. As investigações provam o envolvimento do presidente, que renuncia para não sofrer o *impeachment* aprovado pela Comissão Judicial do Senado.

■ **Guerra civil angolana**

A disputa pelo poder entre diferentes movimentos de libertação, após a independência de Portugal, deflagra a guerra civil em Angola, em 1975. As facções recebem apoio estrangeiro – a MPLA da União Soviética e a Unita dos Estados Unidos – e transformam o país em cenário da Guerra Fria. Em novembro de 1994, os dois grupos assinam um acordo de paz em Lusaka, Zâmbia, mas os combates recomeçam com intensidade em 1998.

■ Guerra das Malvinas

Em 1982, a disputa pelo controle das ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul, situadas a 400 Km da costa argentina, e sob o domínio britânico, leva a Argentina e o Reino Unido à Guerra das Malvinas.

A Argentina dá início ao conflito, ocupando militarmente as ilhas em 2 de abril. Três dias após a invasão, o governo britânico mobiliza a Marinha e a Força Aérea e obtém apoio diplomático e militar dos EUA. Os Estados vizinhos da Argentina permanecem neutros. As tropas argentinas rendem-se em 14 de junho.

A invasão foi vista como uma tentativa do general Leopoldo Galtieri de unir a nação em torno de uma causa externa e desviar a atenção da crise econômica e política do país. Mas o fiasco militar na guerra precipitou a queda do regime militar na Argentina. O país reivindica os direitos sobre a ilha até 1990, quando as duas nações reatam relações diplomáticas.

■ Transformações na União Soviética

Ao assumir o poder na URSS, em 1985, Mikhail Gorbatchov propõe grandes reformas que visam modernizar o Estado soviético, desencadeando a desintegração da URSS. A base do programa de reformulação está na *perestroika* (reestruturação econômica) e na *glasnost* (abertura e transparência política).

■ Queda do Muro de Berlim

Símbolo do término dos regimes comunistas no Leste Europeu, a queda do Muro de Berlim, em 1989, dá início ao processo de reunificação da Alemanha, concluído em 1990. Comandada pelo chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Kohl, o processo se divide em duas fases: a unificação monetária (julho) e a unificação política (outubro).

A reunificação agrava os problemas econômicos do país, provoca o aumento dos gastos da parte ocidental, que conduz ao desemprego, e a diminuição das garantias sociais no lado oriental, obrigado a se adequar ao sistema capitalista.

■ A invasão do Kweit

A invasão do Kuweit pelo Iraque, liderada pelo presidente Saddam Hussein em 2 de agosto de 1990, dá origem à Guerra do Golfo. O líder iraquiano acusa o Kuweit de provocar a baixa no preço do petróleo no mercado externo – o país estaria vendendo mais barris do que a cota estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Também acusa o Kuweit de extrair petróleo iraquiano na região fronteiriça de Rumaila e exige o perdão da dívida iraquiana contraída com o Kuweit na guerra com o Irã.

Em 6 de agosto do mesmo ano, a ONU (Organização das Nações Unidas) impõe um boicote econômico ao Iraque. No dia 28, Hussein proclama a anexação do Kuweit como sua 19ª província, aumentando a pressão norteamericana pela intervenção armada.

Com o fracasso das tentativas de solução diplomática, as forças coligadas de 28 países, liderados pelos EUA, dão início ao bombardeio aéreo de Bagdá em 16 de janeiro de 1991. O Iraque se rende em 27 de fevereiro. O número estimado de mortos durante a guerra é de 100 mil soldados e 7 mil civis iraquianos, 30 mil kuweitianos e 510 homens da coalizão.

■ O 11 de Setembro

Dos fatos que marcaram o início do século 21, sem dúvida a destruição das torres gêmeas do *World Trade Center*, na *Wall Street*, em Nova Yorque (EUA), por terroristas árabes, em 11 de setembro de 2001, foi o mais significativo. Foi um verdadeiro golpe sobre a supremacia americana e desencadeou uma espécie de "guerra fria" entre EUA e o mundo árabe, tornando-se o terrorismo muçulmano o substituto para o comunismo.

As consequências deste momento histórico só poderão ser avaliadas ao longo dos anos.

▼ Conclusão

Ao observarmos a história, sem que nos restrinjamos a alguma civilização específica ou período determinado, podemos desenvolver uma grande consciência sobre nossa própria identidade. Podemos nos situar no espiral do tempo cientes de que não somos nem estamos isolados em nossas atividades ou ideias. Nossas atuais circunstâncias de vida, seja no aspecto cultural, religioso, social ou político, são o resultado de uma longa conexão de eventos históricos perfazendo uma unidade orgânica de seres que caminham para um final.

A observação do desenrolar histórico, sendo assim, nos permite um vislumbre aclarado de quem somos e de qual o papel que estamos cumprindo na existência. O estudo da história nos constrange a refletirmos sobre a razão de nossa existência (aprofundar e desenvolver constantemente a amizade e a proximidade com o Criador) e sobre nossas atitudes em relação ao objetivo aferido.

Ao nos empenharmos em tais reflexões e cuidadosamente analisarmos os caminhos que a humanidade traçou ao longo do tempo, nossa habilidade de analisar criticamente nossos sucessos e infortúnios será exercitada e ampliada para que cada vez mais nossas decisões e rumos atendam critérios inteligentes e saudáveis, sempre nos aproximando mais do nosso Senhor – que rege soberano todos os acontecimentos através dos séculos.

▼ Referências bibliográficas

✓ALBA, André. *Tempos modernos*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

✓AQUINO, Rubim Santos Leão de, et al. *História das sociedades*: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

✓CANTU, Cesare. *História universal*. São Paulo: Ed. das Américas, 1967-8.

✓CARR, E.H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

✓CORVISIER, André. *História moderna*. São Paulo: DIFEL, 1983.

✓DURANT, Will. *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

✓DURANT, Will. *Nossa herança oriental*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963.

✓GRIMBERG, Carl; SVANSTROM, Ragnar. *História universal*. Lisboa: Europa-América, 1940.

✓KAHLER, Eric. *¿Que és la historia?* Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Del Mexico,1966.

✓JOSEFO, Flávio. *História dos hebreus*. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.

✓MCLELLAN, David. *Karl Marx*: vida e pensamento. Petrópolis: Vozes, 1990.

✓PILETTI, Nelson; PILLETI, Claudino. *História e vida integrada*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

✓POMER, Leon; PINSKY, Jaime. *O surgimento das nações*. Campinas: UNICAMP, 1987.

✓TOYNBEE, Arnold J. *Estudos da história contemporânea*. São Paulo: Nacional, 1967.

✓WELLS, H. G. *História universal*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.



www.saberefe.com
Acesse agora!